

ou seja, em novos parcelamentos até tantos anos do registro do parcelamento ser isento. O Senhor Thiago Teixeira de Andrade colocou que entende que não pode ser a partir de um marco, e que teria que ser um parcelamento a partir de tantos anos. Houve a sugestão de 10 anos. O Senhor Luiz Otavio Alves Rodrigues ponderou que essa questão tem que ser amadurecida porque, na verdade, têm que entender a Cidade como uma coisa sistêmica e que os parcelamentos estão dentro de um sistema maior, e em algum momento podem gerar mais ou menos tráfego para aquele sistema preexistente. Que acha que é importante manterem a ideia do PGV e do pagamento como uma contribuição social no equilíbrio do sistema como um todo. Houve a sugestão de estabelecerem etapas de licenciamento e de contribuição para o Fundo. Ou seja, no momento em que o empreendimento for construído. O Senhor Luiz Otavio Alves Rodrigues solicitou que as contribuições sejam enviadas por e-mail. O Senhor Mateus Oliveira ponderou ainda, a hipótese de dispensa, que tem na Lei do EIV, aquele lote que não teve aumento de coeficiente, não teve mudança de destinação, é de um parcelamento recente e que já previu aquele tipo de adensamento. O Senhor Thiago Teixeira de Andrade pelo avançar da hora agradeceu a todos pelas contribuições, informou que elas serão trabalhadas numa reunião do Grupo e republicada como formulário de Consulta Pública. Ressaltou que precisam ter uma celeridade porque há um compromisso com o Governador em tratar o tema com urgência para remissão à Câmara, por meio eletrônico. Sem mais, os trabalhos foram encerrados.

THIAGO TEIXEIRA DE ANDRADE, Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – SEGETH, LUIZ OTAVIO ALVES RODRIGUES -Secretário Adjunto de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – SEGETH e FÁBIO PEREIRA - Secretário Adjunto da Casa Civil do Distrito Federal.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 89, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO PLANO PILOTO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, Interino, no uso das atribuições regimentais que lhe confere o Decreto Distrital nº 16.246/1994, RESOLVE: Art. 1º Convocar MAXWEL DE SOUZA LIMA VENTURA, para, no prazo de 5(cinco) dias, comparecer à Coordenadoria Executiva – COEX, da Administração Regional do Plano Piloto/RA-I, localizada no SBN, Quadra 02, Bloco K, Térreo, para tratar de assunto referente ao processo administrativo nº 141.006158/1998.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR DANIN TOKARSKI

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ao décimo terceiro dia do mês de maio de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, no SEPQ Quadra 511, bloco C, Ed. Bittar – 4º andar – Sede SEMA, Brasília, DF, Brasil, ocorreu a 16ª reunião extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF. A reunião foi aberta em segunda convocação, obedecendo a seguinte pauta: Item 1: Leitura e assinatura da Ata da 14ª Reunião Ordinária; Item 2: Apresentação do conteúdo e desdobramento da Proposta de Mecanismo de Agência de Bacia e Cobrança de Água na Bacia do Parnaíba. Fizeram-se presentes o representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, o Subsecretário de Água e Clima, senhor SÉRGIO AUGUSTO DE MENDONÇA RIBEIRO - primeiro suplente, secretário executivo, que presidiu a reunião, e os seguintes Conselheiros (as): FRANKLIN DE PAULA JÚNIOR (SEMA); ADRIANA SALLES GALVÃO LEITE (SEGETH); ERNANI ESPÍRITO SANTO (SEAGRI); MÔNICA NUNES (SINESP); ANGÉLICA BORGES CAIRES FREITAS (SDS); ADAUTO MELO DE CARVALHO (SETUR); POLLIANA CARVALHO BARROS NASCIMENTO (SSP); LUCIANA RESENDE RAMOS (SECTI); LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS (IBRAM); RAFAEL MACHADO MELLO (ADASA); RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL (CAESB); JOÃO HENRIQUE DE OLIVEIRA VILELA (CEB); JORGE ENOCH FURQUIM WERNEK LIMA (EMBRAPA); FRANCISCO ALVES RIBEIRO (SRDF); ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO NAVARRO (FIBRA); ANA PAULA DIAS MACHADO DE CASTRO PESSOA (FIBRA); TEREZINHA LIMA (ÚNICA/DF); ELISA COUTINHO DE LIMA SALDANHA (CBH/MA); CONCEIÇÃO DE MARIA ALBUQUERQUE ALVES (ABRH); LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU (ABES); MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO (ABES); REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI (FÓRUM DAS ONGs). Participaram como convidados: Vandete Inês Maldaner (IBRAM); Irene Custódia M. Mesquita (SEMA); Rosatilde S. Carvalho de Lima (CASA CIVIL); Mateus Donniss Vinchon Guimarães (CASA CIVIL); Fábio Bakker Isaias (CAESB); Vitor Guimarães Marques (ADASA); Os demais Conselheiros (as) não justificaram ausência. O secretário executivo abriu a reunião cumprimentando a todos e lembrando que é necessário o debate por parte desse conselho para que o DF consolide uma opinião, considerando o que vem sendo discutido e trabalhado nos Comitês de Bacias do DF. Ressaltou que convidou representantes da Casa Civil para esta reunião, tendo em vista que, as decisões sobre cobrança de água, envolvem outros Estados, podendo necessitar a interferência da Casa Civil para articulações entre os entes

da Federação envolvidos nessa questão. Em seguida, o presidente da reunião lembrou a importância da aproximação da agenda azul (água) com a agenda verde (meio ambiente). Em vista disso, a SEMA realizará, no dia 21 de maio, uma reunião entre os três comitês de Bacias do DF e o grupo de trabalho “Recupera Cerrado”. O presidente da reunião informou que foi enviado à ADASA um documento solicitando que esta consolidasse um parecer sobre as questões de competência da ADASA, listadas na Resolução nº 02/2014 deste conselho, apontando o nível de comprometimento destas em virtude do contingenciamento que os órgãos do GDF vêm sofrendo. O conselheiro Montenegro da ABES/DF pediu que as reuniões desse conselho fossem convocadas para 08h30min em primeira convocação e 09h00 em segunda convocação. O que foi aprovado por todos. Na ocasião informou que protocolou um documento na SEMA/DF, endereçado ao Secretário de Meio Ambiente, André Lima, informando que algumas instituições ainda não formalizaram indicações de seus representantes no GT Enquadramento. O presidente da reunião propôs uma reunião extraordinária para o dia 10 de junho, com a seguinte pauta: 1- Apresentação do Professor Paulo Salles, da SECTI e do Sr. Vinicius Benevides, presidente da ADASA, sobre as discussões ocorridas no Fórum Mundial da Água/Coréia, 2- Apresentação do Maurício Canovas, da SINESP, sobre a possibilidade deste conselho (CRH) ser o órgão de controle social nas questões de saneamento básico no Distrito Federal. A proposição foi aprovada por todos. O presidente da reunião informou que está em fase de finalização o mandato do IBRAM, como representante do CRH no Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, assim, propôs a este conselho a candidatura da SEMA para ocupar esta vaga, o que foi aprovado por todos. Sobre o item 1 da pauta, foi informado que a aprovação da Ata da 14ª reunião ordinária foi adiada para a próxima reunião. Sobre o item 2 da pauta, o conselheiro Jorge Enoch iniciou a apresentação trazendo o panorama das discussões no âmbito dos Comitês de Bacias do DF. Destacou os dois principais usuários de água no DF, os reservatórios do Descoberto e de Santa Maria que juntos somam, aproximadamente, 80% da água de abastecimento do DF. Informou que o Comitê do Paranoá já tem um Termo de Referência – TR pronto para a elaboração do plano. O TR foi elaborado em parceria com o WWF-Brasil e a AMBEV e, está sendo negociado com a ADASA uma parceria para implementação do TR. Outro desafio é compatibilizar o plano de bacia do Paranoá com o plano do Paranaíba e o PGRH. O processo do enquadramento está mais avançado e o plano de cobrança e aplicação de recursos está sendo orientado pelo que vem sendo discutido no âmbito do Comitê da bacia do Paranaíba, no que cabe. A pauta do momento é sugerir mecanismos de cobrança e faixa de valores, sobre os quais a ADASA e CAESB já estão trabalhando. Informou que já é consenso entre os comitês de bacia do DF que será apenas uma agência para o DF. Entre os fundamentos legais está estabelecido que a unidade de gestão é a bacia hidrográfica, contudo, a Lei não estabelece a escala. A Lei determina que a gestão de recursos hídricos deve ser descentralizada e participativa. Sobre a gestão integrada há divergência entre os rios federais e distritais. A apresentação expôs um panorama geral de todos os pontos que estão sendo debatidos pelos comitês de bacias do DF. Finalizou advertindo que o processo de cobrança deve ser pensado globalmente e a ação deve ser local. A seguir procedeu-se a apresentação do conselheiro Rafael, da ADASA, sobre mecanismos de cobrança. O Comitê do Paranaíba envolve quatro Estados: o Mato Grosso, que ainda está trabalhando os critérios de outorga. Goiás está trabalhando a legislação. Minas Gerais está com os trabalhos bem avançados e faltava o Distrito Federal apresentar o nível de trabalho e organização aplicados aqui. Em dado momento o Comitê convidou os quatro Estados a mostrarem como eles estavam praticando a gestão dos recursos hídricos nos seus Estados. A ADASA apresentou um relatório envolvendo os índices de pluviosidade, os tipos de controle praticados nas bacias e sub bacias do DF, as águas subterrâneas, com suas respectivas disponibilidades e as formas como são monitoradas, na qualidade e quantidade, a outorga, regulação e fiscalização. Falou dos projetos que a ADASA possui, lembrando que, se for implementada a cobrança, estes projetos podem receber investimentos provenientes da cobrança. Os comitês estão avançando nos planos. O enquadramento já apresentou um resultado muito bom com a publicação da Resolução nº 02/2014, tendo o Conselheiro Montenegro à frente. A ADASA já emitiu mais de 20.000 outorgas envolvendo todas as modalidades. Sobre cobrança está sendo organizado o que já existe para apresentar uma proposta. Sobre tecnologia da informação também já está sendo trabalhado na ADASA e falta avançar nas discussões do fundo. Em seguida, prosseguiu-se com a apresentação da CAESB, ministrada pelo Fábio Bakker, tendo como foco principal os mecanismos de cobrança. Informou que a maioria das informações aqui apresentadas foram consolidadas das discussões desenvolvidas no âmbito da Câmara Técnica do Paranaíba, no GT de Agência e Cobrança. O Distrito Federal representa 3% do Território do Paranaíba, mas paga mais de 50% do valor que se prevê arrecadar nessa Bacia. 5% do total de usuários de água desta Bacia pagam 85% da cobrança. Isto norteou todo o trabalho da CAESB nessa proposta. A proposta prevê o mecanismo, o valor para cobrança e a forma de aplicação. Concluída a apresentação, o Senhor Fábio informou que na próxima reunião do GT Paranaíba, prevista para junho corrente, esta proposta será melhor trabalhada e receberá as considerações do GT. A previsão é que até o final de 2015, podendo ser prorrogado para meados ou final de 2016, o GT tenha concluído os estudos e apresentará uma proposta final para mecanismo de cobrança e forma de aplicação dos recursos. O presidente da reunião lembrou que estes temas são importantes para o DF, e devem ser discutidos no âmbito deste conselho, lembrando que já existe o desejo de criar uma Câmara Técnica ou GT para afunilar as questões de mecanismos de cobrança. A conselheira Raquel Brostel lembrou que no Comitê já existe esta discussão, e dada à escassez de pessoal, a ideia seria de disponibilizar um ou dois conselheiros para acompanhar as discussões em nível de comitê e depois trazer para a Câmara Técnica trabalhar. A proposta da conselheira foi rebatida com a

sugestão de que melhor seria trazer os conselheiros dos Comitês para compor a Câmara Técnica do CRH. A subsecretária de Planejamento e Monitoramento Ambiental da SEMA, Maria Sílvia Rossi, manifestou que a discussão de cobrança é das mais estratégicas que o Distrito Federal tem no momento, visto que este é um tema de grande importância, assim, sugere que seja incorporado pela Câmara Técnica do CRH. É preciso divergir cobrança de subsídio de agência. A engenharia de financiamento envolve cobrança, porém, não é só isso. A Agência Nacional de Águas – ANA quer se desonerar do financiamento dos Comitês de Bacias nacionais, e o DF tem que estar atento a isto mas, pautando seus próprios interesses. Concorde que cobrança tem que entrar na fórmula, mas adverte que a discussão de divisão do setor/usuário tem que ser aberta e clara para que se pactue a construção técnico e política que permitirá a governança no Território. Ainda há tempo para a SEMA/DF, através da CTPA/CRH, enfrentar a discussão da cobrança. A subsecretária se dispôs a ajudar a CTPA nessa questão, sugerindo que trabalhe proativamente com a ANA e o MMA, no sentido de disciplinar em nível nacional, a exemplo do que foi feito no enquadramento. Salientou que não tem ninguém confortável com cobrança no Território nacional. A alternativa é reunir com os Estados e suas SEMAs e CRHs estaduais e pautar essa discussão de forma mais clara e objetiva. Concluiu advertindo que da forma como vem sendo tratada a questão a CAESB pode ser estrangulada e no futuro terá que repassar a conta para o consumidor. O presidente da reunião concluiu que todas as falas convergem no sentido de que o tema da Cobrança seja discutido e aprofundado no âmbito da câmara técnica permanente de assessoramento (CTPA) do CRH/DF o que irá embasar os esforços já existentes. Submeteu a questão à votação, o que foi aprovado por unanimidade. Lembrou que a questão de agência será debatida na 15ª reunião ordinária, que acontecerá no dia 24 de junho, o que foi aprovado por todos. Não havendo mais considerações, o Presidente encerrou a reunião. A presente Ata será lida, aprovada e assinada pelos conselheiros presentes e, posteriormente, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ao vigésimo nono dia do mês de julho de dois mil e quinze, às nove horas, no – Salão Branco do Palácio Buriti - GDF, Brasília, DF, Brasil, ocorreu 2º reunião conjunta do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM/DF e do Conselho de Recursos Hídricos – CRH/DF, atendendo à convocação para a 54ª e 17ª reunião extraordinária dos respectivos conselhos, ambos presididos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/DF, sob a seguinte pauta: Item 1: pronunciamiento das autoridades, assinaturas de parcerias institucionais e falas de contexto. Item 2: Apresentação do Modelo de Governança do Programa “Cultivando Água Boa” da Itaipu Binacional. Item 3: Apresentação das agendas dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Distrito Federal - CBHs/DF, (CBH-Paranoá, CBH-Preto e CBH-Maranhão). Item 4: Apresentação do Grupo de Trabalho Recupera Cerrado. Item 5: Informe sobre o Enquadramento dos Corpos d’água do DF. Fizeram-se presentes o excelentíssimo senhor Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, presidente dos Conselhos, senhor ANDRÉ RODOLFO DE LIMA, e os seguintes Conselheiros (as): SÉRGIO AUGUSTO DE MENDONÇA RIBEIRO (SEMA); FRANKLIN DE PAULA JÚNIOR (SEMA); WALDER SURIANI (SINESP); LÚCIA HELENA FERREIRA MOURA (SEGETH); PAULO SÉRGIO BRETAS DE A. SALLES (SECTI); GABRIELA DE OLIVEIRA ROMÃO (SECTI); KENNYA MARIA OLIVEIRA RAMOS (SECTI); JANE MARIA VILAS BÔAS (IBRAM); LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS (IBRAM); PATRÍCIA VALLS E SILVA (IBRAM); MAURÍCIO LUDUVICE (CAESB); RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL (CAESB); JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA VILELA (CEB); JORGE ENOCH FURQUIM WERNEK LIMA (EMBRAPA); VINÍCIUS FUZERA DE SÁ BENEVIDES (ADASA); DIÓGENIS MORTARI (ADASA); RAFAEL MACHADO MELLO (ADASA); REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI (FÓRUM DAS ONGs); CÉLIO ERNESTO BRANDALISE (CBH/MA); ELISA COUTINHO DE LIMA SALDANHA (CBH/MA); ANA PALMIRA SILVA (CBH/PARANOÁ); JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR (UnB); GENÉSIO ANTÔNIO MULLER (SRDF); FRANCISCO ALVES RIBEIRO (SRDF); TEREZINHA LIMA (ÚNICA/DF); MARCOS HELANO F. MONTENEGRO (ABES/DF). Os demais Conselheiros (as) não justificaram ausência. Os demais Conselheiros (as) não justificaram ausência. Procedendo-se a segunda convocação e constatada a maioria absoluta de seus membros, o presidente do Conselho deu por aberta a reunião conjunta CONAM/CRH-DF, procedendo com o item 1 da pauta, agradecendo a presença do Senhor Governador do Distrito Federal Rodrigo Rollemberg, do presidente brasileiro da Itaipu Binacional, Jorge Miguel Samek, o Diretor de Coordenações da Itaipu Binacional, senhor Nelton M. Friedrich, o Secretário de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, Paulo Salles, o Superintendente do Banco do Brasil no Distrito Federal, José Amarildo Casagrande, a Secretária de Meio Ambiente do Estado de Goiás, Jaqueline Vieira, o presidente em exercício da Fundação Banco do Brasil, Marcos Frade e os Conselheiros e conselheiras presentes. Salientou que este é um momento especial, visto que, todos estão reunidos para tratar da agenda de águas e meio ambiente do Distrito Federal, em continuidade ao proposto na 1ª reunião conjunta de 2015. Nesta reunião de hoje, que conta com a presença do governador do Distrito Federal, será assinado um protocolo de intenções com a Fundação Banco do Brasil para o apoio de um conjunto de ações estratégicas da nossa agenda rumo a 2018 e também, um Termo de Cooperação Técnica com a Itaipu Binacional que vem nos trazer a experiência de um projeto premiado mundialmente pela boa gestão de águas, e também para apresentarmos os avanços do Mapa do Caminho das Águas para que, de fato, o Brasil se consolide como a Capital das Águas. Sobre o item 2 da pauta, convidou o senhor Jorge Samek para proceder a apresentação sobre o projeto da Itaipu Binacional “Cultivando Água Boa”, que visa, principalmente, a compatibilização do desenvolvimento econômico, com a geração de emprego e renda e a preservação

do meio ambiente. A seguir procedeu-se a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Distrito Federal e o Diretor brasileiro da Itaipu Binacional para o intercâmbio de experiências e boas práticas do programa Cultivando Água Boa, bem como, para o estudo e ações voltadas à melhoria da gestão da água. A seguir passou-se a palavra ao excelentíssimo senhor governador de Brasília, Rodrigo Rollemberg, que cumprimentou a todos e agradeceu aos parceiros e amigos pelo apoio e cooperação. Salientou que as atividades conjuntas dos dois Conselhos são das mais importantes pautas para o futuro de Brasília no anseio de torná-la referência nacional em sustentabilidade ambiental. No 8º Fórum Mundial das Águas, em 2018, serão apresentados os avanços alcançados na gestão ambiental. Dentre as prioridades desse governo está a obra do aterro sanitário para destinação e tratamento dos resíduos sólidos, já iniciada, implementação dos parques que estão criados legalmente, porém, não implementados, para que se tornem espaços de entretenimento e lazer para a população de Brasília. Que todas as 650 escolas de Brasília disponham de energia solar, como forma de minimizar os impactos ao ambiente. Temos também um vasto programa de arborização de Brasília e também, de recuperação de áreas de preservação permanente, de reflorestamento dos parques, tornando a cidade mais bonita e mais agradável para a população e ainda, programas permanentes de educação ambiental. Apesar do favorecimento das condições climáticas neste ano, que nos proporcionou um índice satisfatório de chuvas, com todas as nossas represas que abastecem Brasília vertendo água, isso nos anima a nos prevenir para dotarmos Brasília de uma infraestrutura segura e de uma política de abastecimento de água sustentável. Estamos investindo fortemente em infraestrutura, em comunidades como o Sol Nascente, o Vicente Pires, o Buritizinho, etc. Neste sentido, agradeceu ao Diretor da Itaipu Binacional e da Fundação Banco do Brasil, pela parceria no enfrentamento desse desafio. A seguir o Diretor de Coordenação da Itaipu Binacional, senhor Nelton Miguel Friedrich procedeu à apresentação do projeto Cultivando Água Boa. Falou da importância de trabalharmos as questões ambientais de forma articulada, com responsabilidade compartilhada entre governo, sociedade, organizações não governamentais, empresas públicas e privadas, universidades, escolas, comunidades, etc., onde a gestão socioambiental se dá numa abordagem sistêmica com ampla participação dos entes envolvidos. A seguir o Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal chamou o presidente da Fundação Banco do Brasil, senhor Marcos Frade para a assinatura do Protocolo de Intenções em trabalhar junto com o Governo de Brasília nas causas ambientais. Finalizadas as assinaturas o presidente do Conselho prosseguiu com o item 3 da pauta, lembrando que a agenda ambiental não é exclusiva da secretaria de meio ambiente, mas sim de todo o governo de Brasília que trabalha de forma integrada e cooperativa. O Mapa Caminho das Águas representa o conjunto de ações dos atores do sistema de recursos hídricos do DF, que nos levará ao Fórum Mundial das Águas de 2018 e se estenderá além deste marco. Lembrou as parcerias formadas com outras secretarias para a consolidação da agenda ambiental e de recursos hídricos, a exemplo do trabalho que vem desenvolvendo com a ADASA envolvendo as Bacias Hidrográficas do DF e o Plano Distrital de Saneamento e de Resíduos Sólidos, que também conta com a participação da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos. No âmbito do Programa Cidades Sustentáveis do GEF (Global Environment Facility), foi aprovado o projeto Brasília no Clima, onde serão desenvolvidas um conjunto de ações voltadas para a gestão de recursos hídricos. Em parceria com o IBRAM/DF, foi criado um grupo de trabalho, chamado “Recupera Cerrado” para aliar os trabalhos em torno da recuperação do cerrado e diretrizes para a aplicação de recursos. Logo após a primeira reunião conjunta do CONAM e CRH foi criado o Comitê Coordenador do Cadastro Ambiental Rural para mapear, monitorar e apoiar a recuperação das bacias hidrográficas, das microbacias, das matas ciliares, das nascentes, a partir do mapeamento que está sendo feito pelo CAR. Neste sentido a EMATER e o IBRAM desempenham papéis importantes. Essas atividades culminam com o Decreto assinado pelo governador regulamentando o CAR, que será aplicado em mais de dezoito mil imóveis no Distrito Federal. A seguir, convidou o Secretário da SECTI, Prof. Paulo Salles, para fornecer informações sobre o Fórum Mundial das Águas, que acontecerá em 2018. O Secretário esclareceu que a realização do Fórum é um processo já iniciado e que se estenderá até a data do evento, em 2018. Estas ações devem levar à mudanças de paradigmas. A FAPE/DF tá abrindo uma linha de Edital para contemplar projetos relacionados à água. Existe um plano da FAPE/DF para juntamente com outros Estados do Centro Oeste disponibilizarem Editais para financiar projetos que favoreçam as Bacias Hidrográficas da região. Em reunião com o Conselho Mundial da Água a orientação para 2018 é que seja promovida uma integração maior entre as diversas áreas, fortalecer as relações políticas e estimular a participação da sociedade. Estamos trabalhando nessas linhas. Em seguida o Presidente da reunião convidou a Presidente da ADASA, Senhor Diógenes Mortari para falar sobre o plano de desenvolvimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas. O senhor Diógenes cumprimentou a todos e informou que o Comitê de Bacias do Paranoá elaborou um Termo de Referência - TR para compor o Plano de Bacia do Paranoá e convidou a ADASA para dar apoio. Nós aceitamos o desafio, visto que a ADASA já havia feito isto quando da elaboração do PGRH. Nossa equipe fez a análise que, possivelmente, será concluída esta semana, visto a necessidade de atualizações, inclusive, com impactos financeiros. Concluída esta etapa a ADASA se reunirá com o Comitê para apresentar as propostas de alterações. A seguir serão estudadas as propostas de alterações mais específicas referentes à licitação e depois será feita uma pesquisa de mercado que forneça subsídios de valor para a licitação. A seguir será composta a comissão de licitação, a exemplo do que foi feito na Modelagem do Plano de Saneamento. Concluídos estes trabalhos a SEMA será informada e começaremos o trabalho para o repasse de recursos que possibilita a ADASA executar o trabalho. O TR do Paranoá servirá de base para os Comitês do Rio Preto e do Maranhão. Ainda será decidido se todos os comitês terão um único Termo de Referência ou se cada Comitê terá um Termo específico. O presidente do Conselho seguiu com o item 4 da pauta e convidou o Subsecretário de Áreas Protegidas e Direitos Animais, Sr. Rômulo Andrade para fazer apresentação dos trabalhos do grupo Recupera Cerrado. Na ocasião